

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACESSO ABERTO AO CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E MATERIAL CIENTÍFICO

Alexandre de Serpa Pinto Fairbanks¹; Allan Rocha de Souza²

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de Direito, UFRRJ - Instituto Três Rios; 2. Professor de Direito DDHL/UFRRJ - Instituto Três Rios.

Palavras-chave: Direito de Acesso; Comunicação Científica; Direitos Autorais.

Introdução

Os movimentos de Acesso Aberto e suas inter-relações com os direitos autorais alcançaram neste início do século XXI uma relevância e dimensão social incomparáveis em termos históricos. Dentre os motivos da dimensão que este tema vem obtendo, podem-se destacar três principais: (1) o crescente papel das atividades relacionadas à economia da cultura, da informação e do conhecimento no comércio interno e entre países e sua importância para o desenvolvimento; (2) a contínua disseminação dos instrumentos tecnológicos que caracterizam a revolução da informação e comunicação; e (3) a paulatina percepção do acesso à cultura e conhecimento como direitos e essenciais à construção da própria cultura e do avanço do conhecimento, tornando-os, em última instância, essenciais à elaboração da identidade e da própria dignidade e sociabilidade.

A pesquisa buscou discutir os efeitos do acesso aberto para a educação, pesquisa e inovação, considerando o papel das instituições de ensino e pesquisa na criação dos repositórios institucionais de acesso aberto. Desta feita, o problema enfrentado foi, justamente, encontrar formas de viabilizar o Acesso Aberto ao conhecimento científico e de compatibilizar as políticas institucionais de acesso aberto com as normas de proteção de Direitos Autorais.

Metodologia

A metodologia de pesquisa foi documental e teórica levantando e analisando os dados e informações sobre as políticas de acesso aberto ao conhecimento, informação e material científico nas universidades, além disso, utilizou-se o método de abordagem indutivo, partindo da análise de política institucionais e estudos de casos para responder à indagação sobre os problemas atuais.

Resultados e Discussão

Na presente discussão, buscou-se verificar quantas e quais são as universidades brasileiras que possuem repositórios institucionais e, se estes estão adaptados às políticas de acesso aberto ao conhecimento científico.

Nessa linha foram analisados os repositórios institucionais brasileiros, detalhadamente, através dos diretórios internacionais de Acesso Aberto. São estes: ROAR (Registry of Open Access Repositories); OpenDOAR (The Directory of Open Access Repositories); IBICT (Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia); RCCAP (Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal) e o ROARMAP (Registry of Open Access Repository Mandates and Policies).

Deste modo, constatou-se que 49 universidades brasileiras possuem algum tipo de repositório institucional de acesso aberto, destas, 41 são universidades públicas e 18 são universidades privadas. Contudo, causa demasiada preocupação a não efetivação das diretrizes de acesso aberto que foram estipuladas na Budapest Open Access Initiative (BOAI).

Nesta toada, tendo em vista o papel desenvolvimentista do acesso aberto ao conhecimento científico, no qual o saber tornado disponível e de qualidade leva ao crescimento intelectual; cultural e social de um país. O funcionamento dos repositórios institucionais das universidades não parece estar condizente com a realidade almejada nas recomendações da Budapest Open Access Initiative (BOAI), posto que ter os repositórios apenas formalmente funcionando não é o suficiente para atender as diretrizes internacionais, prejudicando, assim, o acesso aberto ao conhecimento, à informação e ao material científico.

Conclusão

É notória a necessidade de aprimoramento interno, nas universidades, das recomendações da Budapest Open Access Initiative (BOAI), para que haja maior efetivação das proposições quanto ao acesso aberto, diminuindo as diversas barreiras existentes, como as jurídicas, operacionais e econômicas.

Portanto, entende-se que a sociedade e os atores envolvidos têm tido pouca participação no avanço do acesso aberto ao material científico. Nesta toada, o Estado em geral, as agências de fomento, a Capes e o Ministério de Ciência e Tecnologia, precisam aprimorar suas ações em relação ao movimento do acesso aberto, visando a construção de uma ciência aberta, de modo que o conhecimento, produção e informações sejam comunicadas e compartilhadas amplamente, para um número cada vez maior de destinatários, alcançando, assim, a notoriedade desejada pelo pesquisador; a internacionalização de sua produção, meta-objetivo das Universidades, e, essencialmente, impulso à inovação científica nas diversas áreas do conhecimento que abrange o interesse desenvolvimentista de toda coletividade.

Referências Bibliográficas

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direitos de autor e direitos conexos. Portugal, Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

KURAMOTO, Hélio. Uma década de Acesso Livre (Open Access – AO). 28 dez. 2010. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2010/12/28/uma-decada-de-acesso-livre-open-access-oa>>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

RODRIGUES, Eloy. RepositóriUM: 10 anos de Acesso Aberto ao Conhecimento. In: Rodrigues, Eloy; Swan, Alma; Baptista, Ana Alice. (Ed.) Uma Década de Acesso Aberto na Uminho e no Mundo. Universidade do Minho, Serviço de Documentação: nov. 2013 p. 25 - 47.

SOUZA, Allan Rocha. A função social dos direitos autorais. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2006..

SOUZA, Allan Rocha. Direitos Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Azougue, 2012.